

Radar Macroeconômico

Edição nº 13 | Mar/2025



FAESP



SENAR

SÃO PAULO

SINDICATOS
RURAIS

Indicadores gerais

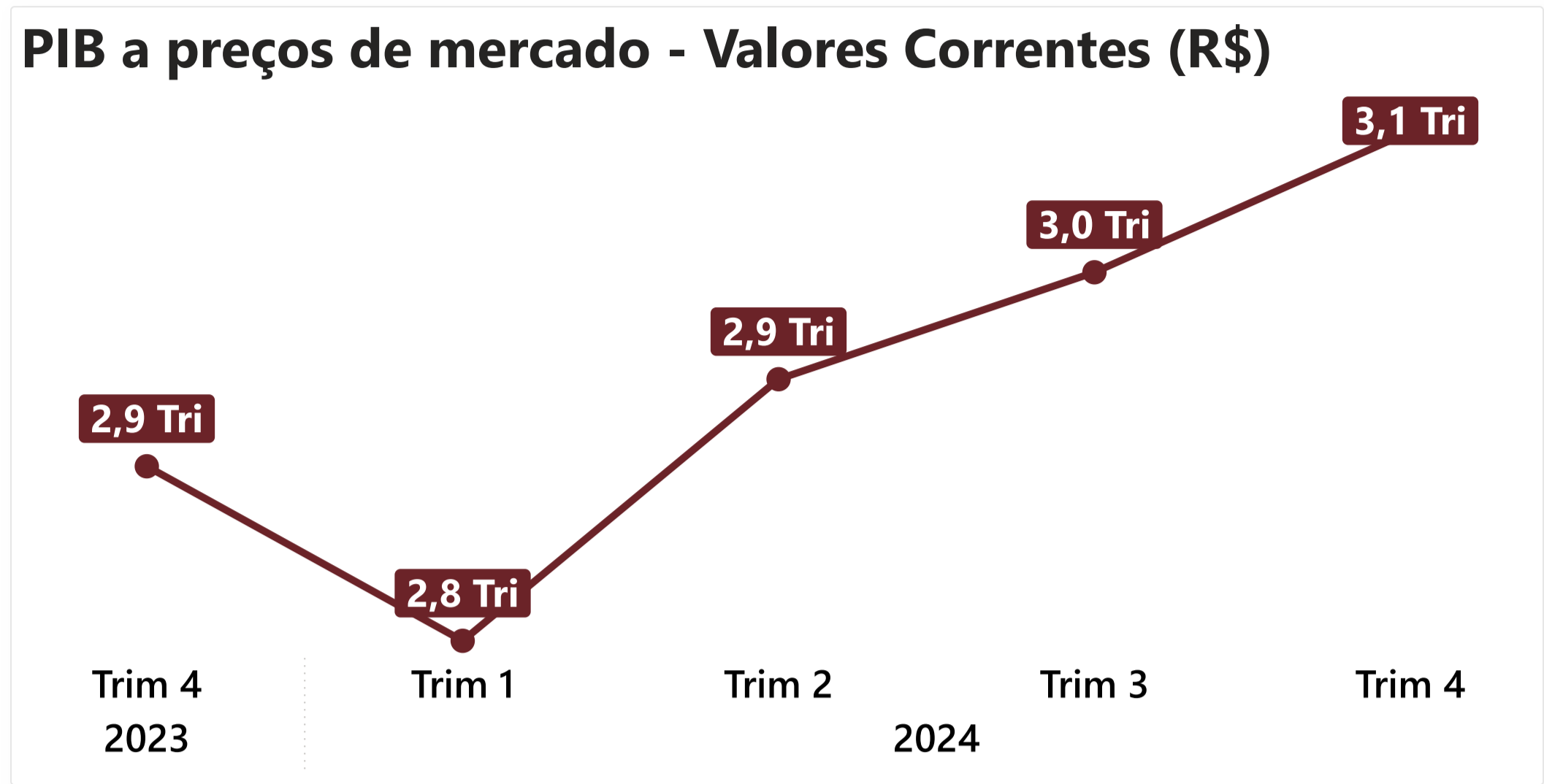
Março
2025

Agrupamento	Indicador	Unidade	Referência	Valor	Variação 1 mês		Variação 12 meses	
Atividade econômica	IBC-Br - Com ajuste sazonal	Índice	2025-01	154,56	▲	0,89%	▲	3,69%
	IBC-Br - Sem ajuste sazonal	Índice	2025-01	146,96	▼	-1,29%	▲	3,58%
Bolsa de valores	Dow Jones - Fechamento	Índice	2025-02	43.840,91	▼	-1,58%	▲	12,42%
	Ibovespa - Fechamento	Índice	2025-02	122.799,00	▼	-2,64%	▼	-4,82%
	Nasdaq - Fechamento	Índice	2025-02	18.847,28	▼	-3,97%	▲	17,12%
Câmbio	Dólar americano - Venda	R\$/US\$	2025-02	5,77	▼	-4,25%	▲	16,14%
	Euro - Venda	R\$/€	2025-02	6,01	▼	-3,68%	▲	12,12%
	Iene - Venda	R\$/¥	2025-02	0,04	▼	-1,17%	▲	14,65%
	Libra esterlina - Venda	R\$/£	2025-02	7,23	▼	-2,73%	▲	15,40%
	Renminbi Chinês - Venda	R\$/¥	2025-02	0,79	▼	-3,93%	▲	14,86%
Commodities	IC-Br - Agropecuária	Índice	2025-02	510,22	▼	-5,11%	▲	26,31%
	IC-Br - Composto	Índice	2025-02	461,10	▼	-4,45%	▲	28,02%
	IC-Br - Energia	Índice	2025-02	204,28	▼	-5,74%	▲	21,83%
	IC-Br - Metal	Índice	2025-02	541,60	▼	-0,41%	▲	40,49%
Cotação internacional	Café Arábica	Centavos US\$/lp	2025-02	409,52	▲	15,70%	▲	96,14%
	Milho	US\$/t	2025-02	221,25	▲	3,22%	▲	17,10%
	Minério de Ferro	US\$/t	2025-02	108,20	▲	4,26%	▼	-14,08%
	Ouro	US\$/Onça	2025-02	2.894,38	▲	6,90%	▲	42,97%
	Petróleo Brent	US\$/Barril	2025-02	75,19	▼	-3,84%	▼	-8,07%
	Soja em grão	US\$/t	2025-02	382,08	▲	1,12%	▼	-11,09%
	Trigo	US\$/t	2025-02	190,10	▼	-0,28%	▼	-13,29%
Divisas	Exportação	US\$ bilhões - FOB	2025-02	22,93	▼	-9,46%	▼	-1,80%
	Importação	US\$ bilhões - FOB	2025-02	23,25	▲	0,81%	▲	27,64%
	Saldo	US\$ bilhões - FOB	2025-02	-0,32	▼	-114,34%	▼	-106,31%
Fiscal	Dívida bruta - Governo geral	R\$ bilhões	2025-01	8.939,98	▼	-0,49%	▲	8,88%
	Dívida líquida - Setor público	R\$ bilhões	2025-01	7.220,66	▬	0,00%	▲	9,98%
	Juros nominais - Setor público	R\$ bilhões	2025-01	40,36	▼	-58,01%	▼	-49,50%
Inflação	IGP-Di	Índice	2025-02	1.194,52	▲	1,00%	▲	8,78%
	IGP-M	Índice	2025-02	1.213,51	▲	1,06%	▲	8,44%
	INCC-Di	Índice	2025-02	1.173,78	▲	0,40%	▲	7,42%
	INPC	Índice	2025-02	7.394,19	▲	1,48%	▲	4,87%
	IPA-Di	Índice	2025-02	1.409,16	▲	1,03%	▲	10,36%
	IPC	Índice	2025-02	712,22	▲	0,51%	▲	4,52%
	IPCA	Índice	2025-02	7.205,03	▲	1,31%	▲	5,06%
	IPC-Di	Índice	2025-02	772,16	▲	1,18%	▲	4,03%

Agrupamento	Indicador	Unidade	Referência	Valor	Diferença 1 mês (p.p.)		Diferença 12 meses (p.p.)	
Renda e emprego	Endividamento das famílias	%	2024-12	48,32	▲	0,03	▲	0,63
	Taxa de desocupação	%	2025-01	6,50	▲	0,30	▼	-1,10
Taxa média de juros - Crédito Rural	Crédito rural total - PF	% a.a.	2025-01	11,24	▲	0,68	▲	1,03
	Crédito rural total - PJ	% a.a.	2025-01	13,51	▼	-0,19	▲	1,83
	Taxas de mercado - PF	% a.a.	2025-01	14,85	▲	1,57	▲	2,23
	Taxas de mercado - PJ	% a.a.	2025-01	14,73	▲	0,06	▲	2,79
	Taxas reguladas - PF	% a.a.	2025-01	8,05	▼	-0,31	▼	-0,07
	Taxas reguladas - PJ	% a.a.	2025-01	11,03	▼	-0,68	▼	-0,01
Taxa de juros	CDI	% a.m.	2025-02	0,99	▼	-0,02	▲	0,19
	Selic	% a.a.	2025-03	14,25	▲	1,00	▲	3,50

Expectativas - Boletim Focus

Indicador (Fevereiro/2025)	2025	2026	2027	2028
IPCA - Mediana da última semana (variação %)	5,65	4,40	4,00	3,75
PIB - Mediana da ultima semana (variação % sobre ano anterior)	2,01	1,70	2,00	2,00
Selic - Mediana da último semana (% a.a.)	15,00	12,50	10,50	10,00



Fonte: IBGE (2025).



Nota: 2002 = 100. Fonte: BCB (2025).

De acordo com o IBGE, no quarto trimestre de 2024, o PIB alcançou R\$ 3,1 trilhões, registrando aumento de 0,2% em relação ao trimestre anterior, considerando a série ajustada sazonalmente. Dessa forma, o PIB de 2024 totalizou R\$ 11,7 trilhões, representando crescimento de 3,4% em comparação com 2023, a maior taxa desde 2021, quando a expansão foi de 4,8%.

Na ótica da oferta, os serviços impulsionaram o PIB em 2024, com alta de 3,7% em relação a 2023, seguidos pela indústria, com crescimento de 3,3%. Por outro lado, a agropecuária registrou queda de 3,2%. Segundo o IBGE, as condições climáticas adversas impactaram a produtividade de algumas culturas, como o milho e a soja, que apresentaram reduções de 1,6% e 12,5%, respectivamente.

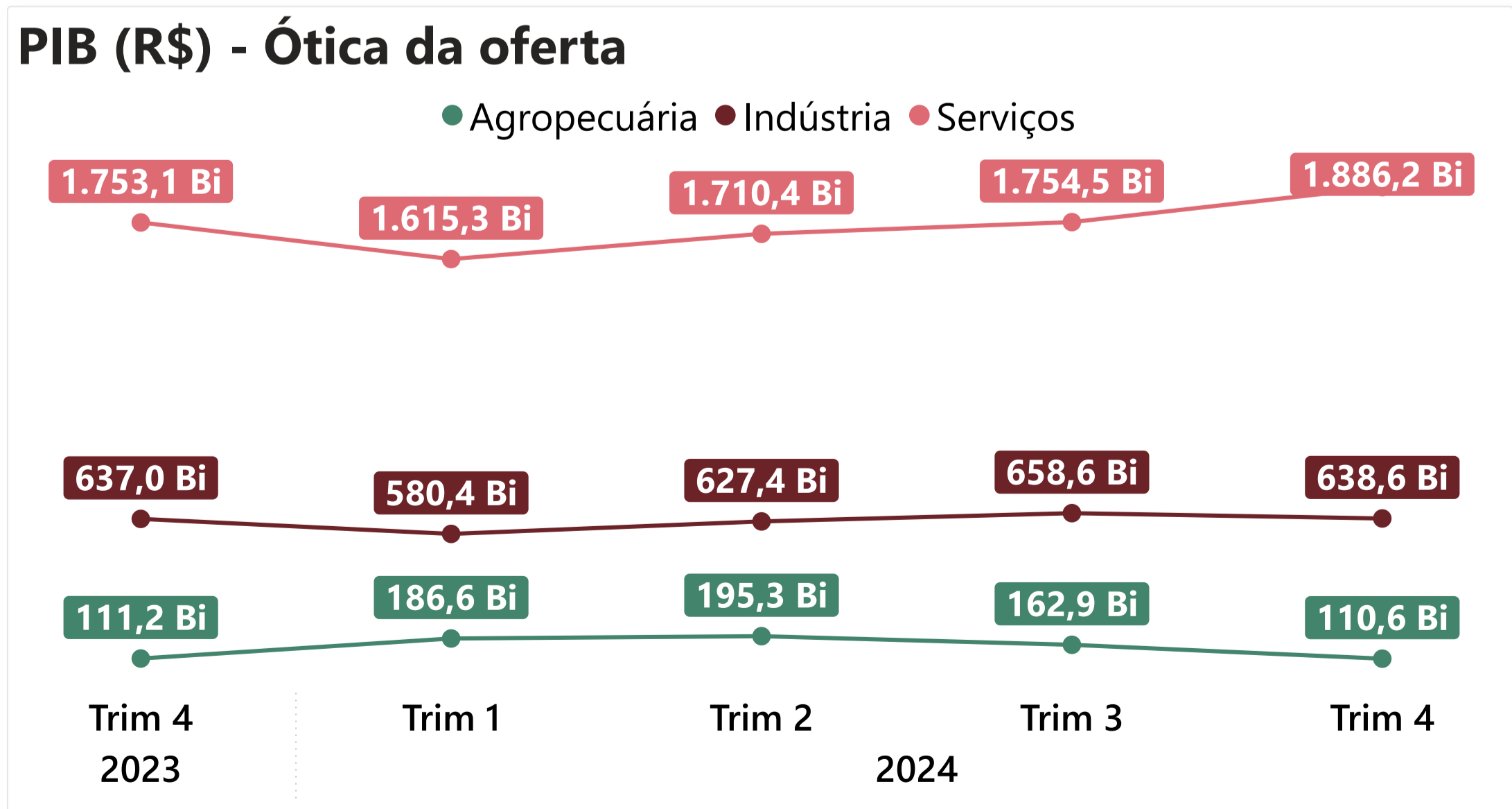
Sob a ótica da demanda, todos os componentes apresentaram crescimento, com o consumo das famílias sendo o principal motor do PIB, com alta de 4,8% em comparação com 2023. De acordo com o IBGE, programas de transferência de renda do governo e a melhora no mercado de trabalho foram fatores que impactaram positivamente o consumo das famílias. Além disso, a formação bruta de capital fixo registrou a maior variação, com alta de 7,3%. O consumo do governo, por sua vez, cresceu 1,9%. No comércio exterior, as importações aumentaram 14,7% entre 2023 e 2024, enquanto as exportações apresentaram crescimento de 2,9%.

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) dessazonalizado, que serve como uma prévia do PIB, registrou 154,56 pontos em janeiro de 2025, apresentando um aumento de 0,9% em relação à dezembro de 2024. Esse resultado demonstra uma forte recuperação em relação à queda de 0,6% ocorrida no mês anterior. Comparado a janeiro de 2024, o IBC-Br apresentou alta de 3,6%.

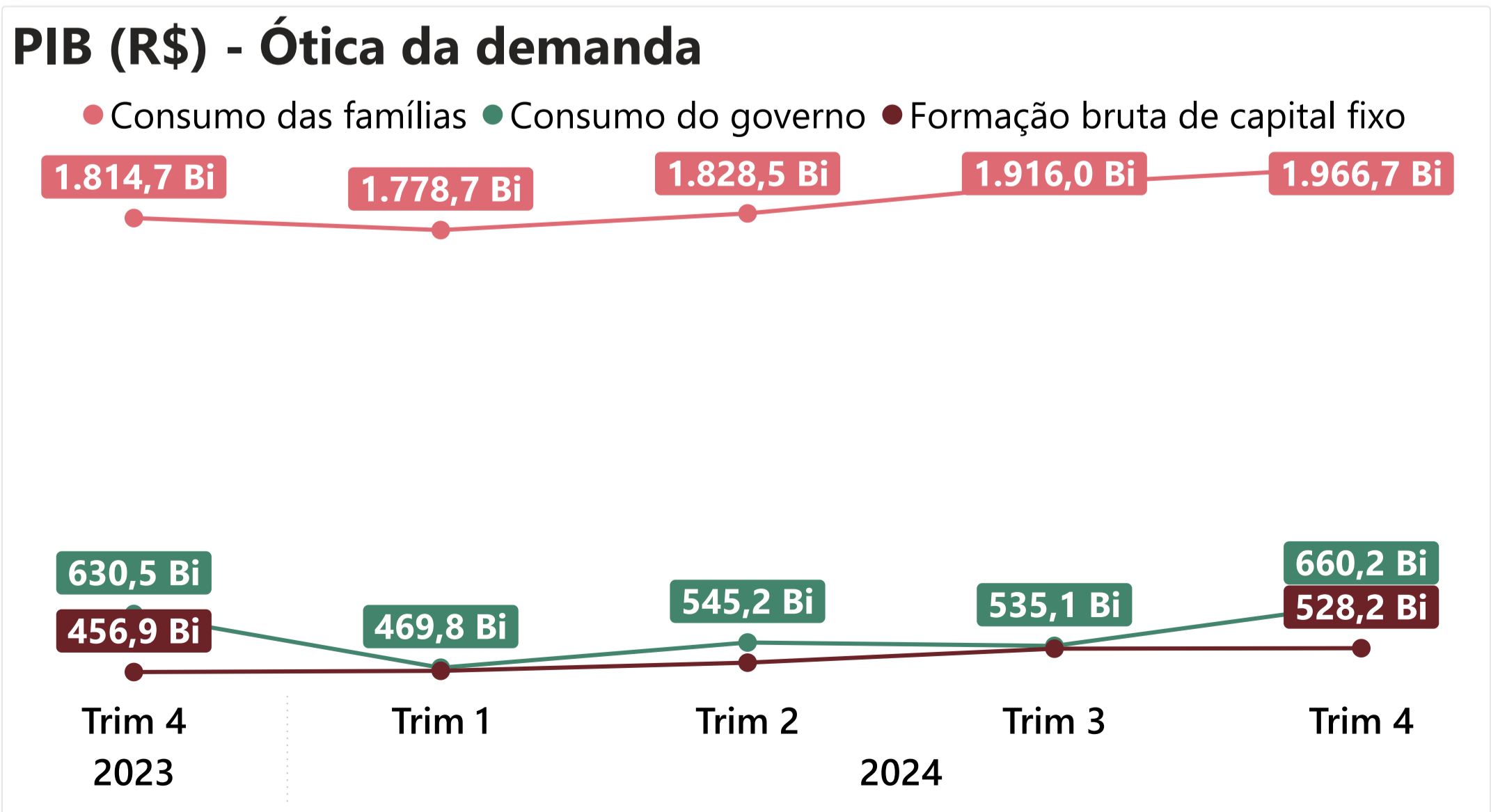
PIB - Quarto trimestre de 2024

Ótica	Componente	Taxa acumulada em quatro trimestres (em relação ao mesmo período do ano anterior) (%) ¹	Taxa trimestre contra trimestre imediatamente anterior (%) ²
PIB	PIB a preços de mercado	3,4	0,2
Ótica da oferta	Agropecuária	-3,2	-2,3
	Indústria	3,3	0,3
	Serviços	3,7	0,1
Ótica da demanda	Consumo das famílias	4,8	-1,0
	Consumo do governo	1,9	0,6
	Exportação	2,9	-1,3
	Formação bruta de capital fixo	7,3	0,4
	Importação	14,7	-0,1

Nota:¹ Sem ajuste sazonal; ² Com ajuste sazonal. Fonte: IBGE (2025).

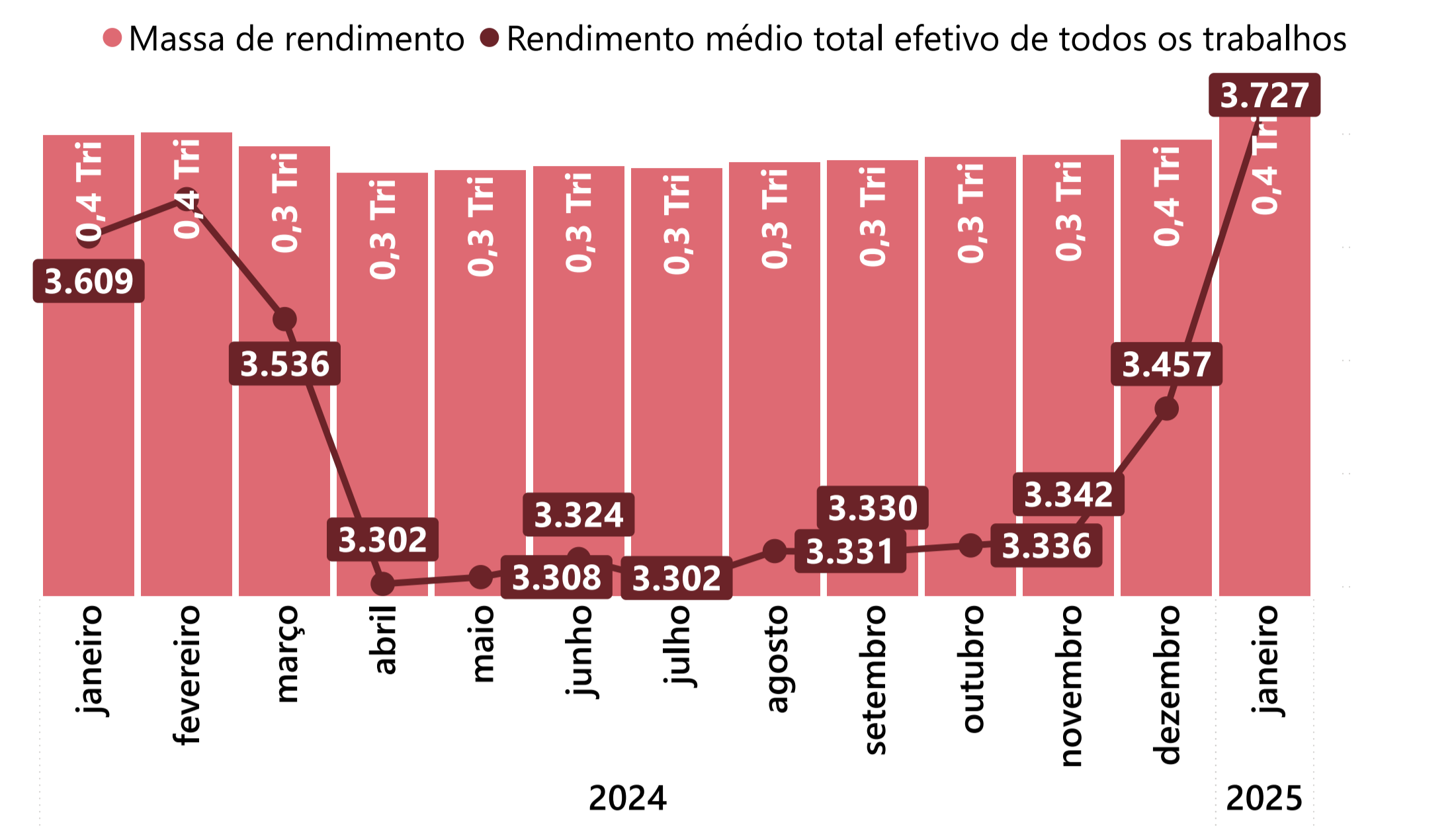


Fonte: IBGE (2025).



Fonte: IBGE (2025).

Rendimento (R\$)



Nota: mês referente ao último trimestre móvel.
Fonte: IBGE (2025).

Endividamento (%)

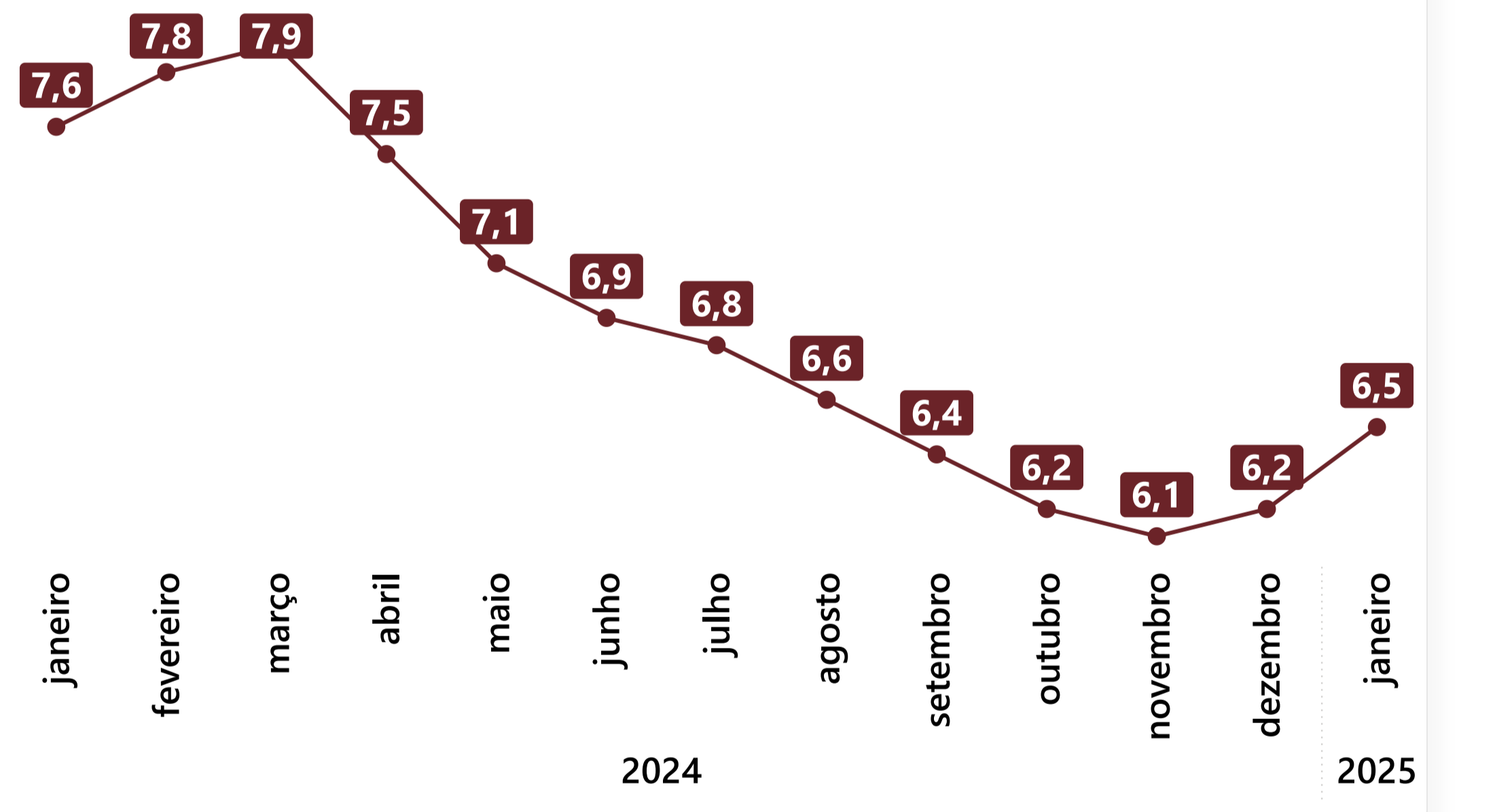


Fonte: BCB (2025).

Conforme dados do IBGE, no trimestre encerrado em janeiro de 2025, o rendimento médio total efetivo de todos os trabalhadores foi de R\$ 3.727, representando aumento de 7,8% em comparação ao trimestre anterior. A massa de rendimento efetivamente recebida também registrou crescimento, com alta de 6,9%, totalizando R\$ 378,5 bilhões. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, houve aumento de 3,3% no rendimento médio total e de 5,8% na massa de rendimento. Esse crescimento na massa de rendimento é reflexo da melhora no número total de pessoas ocupadas.

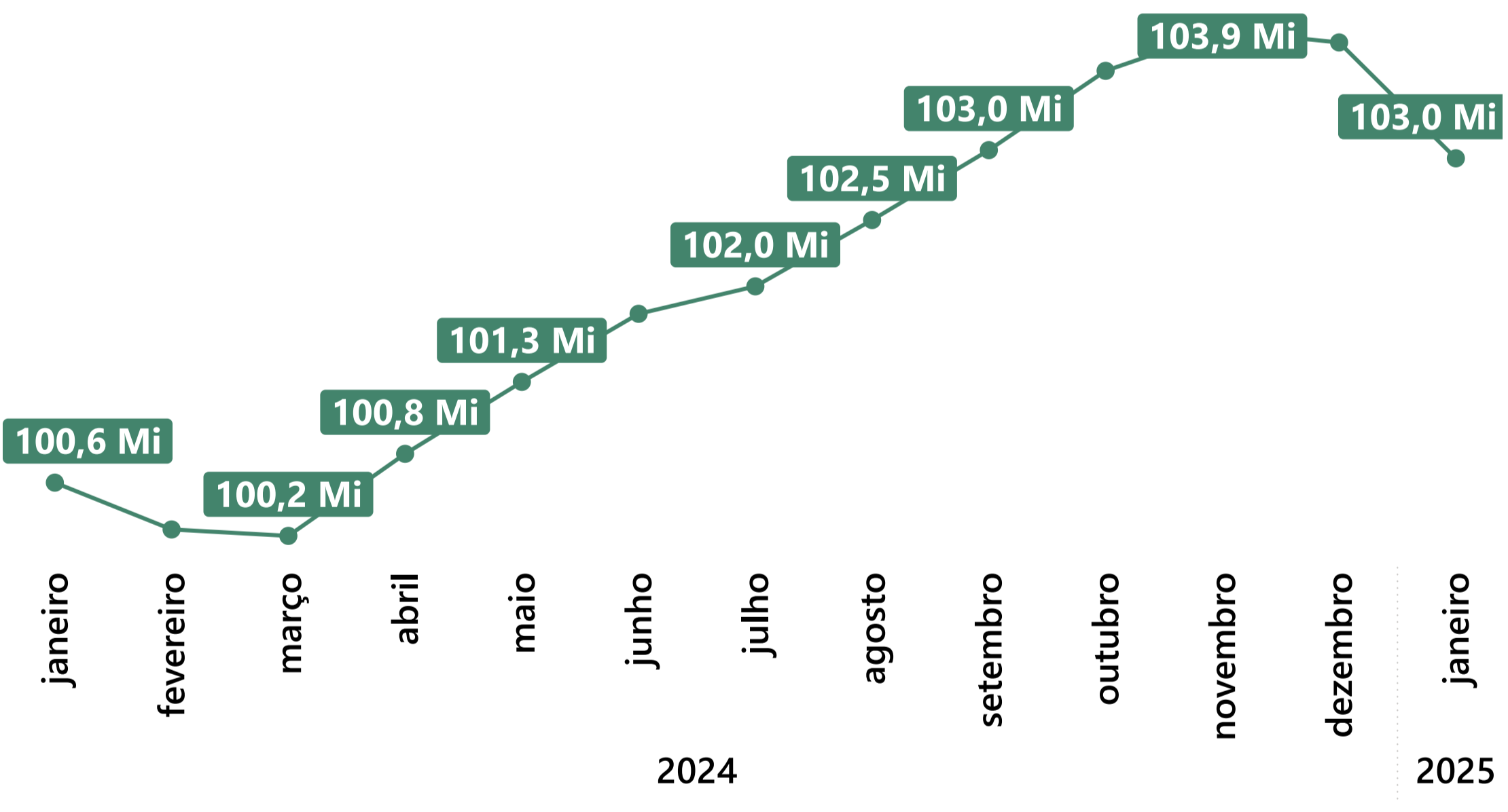
Quanto ao endividamento das famílias, dados do Banco Central revelam que, em dezembro de 2024, a taxa de endividamento em relação à renda acumulada nos últimos 12 meses alcançou 48,32%. Em comparação com o mês anterior, houve um aumento de 0,03 ponto percentual. Desde junho de 2024, é possível observar uma tendência de crescimento contínuo.

Taxa de desocupação (%)



Nota: mês referente ao último trimestre móvel.
Fonte: IBGE (2025).

População ocupada (indivíduos)



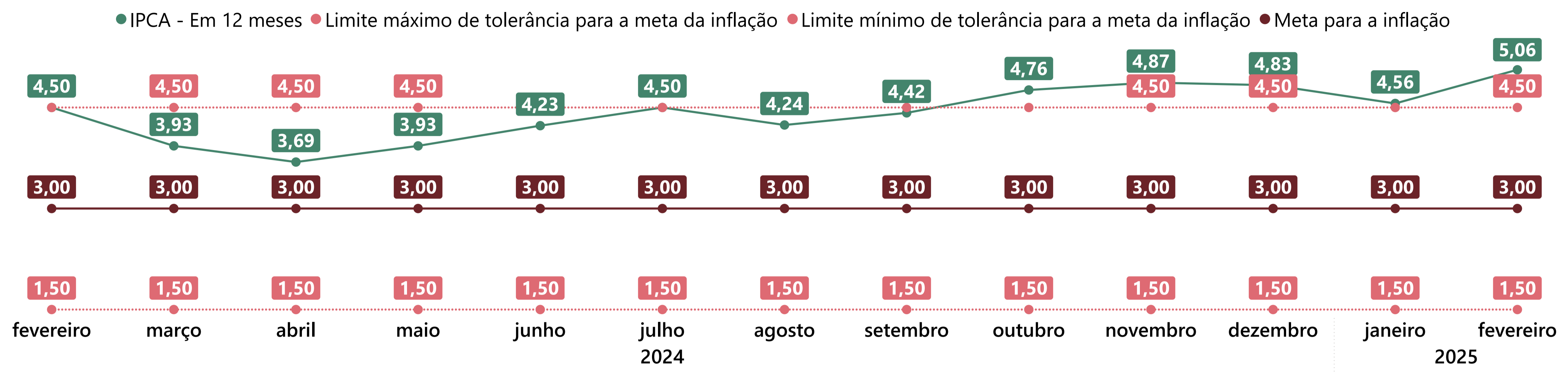
Nota: mês referente ao último trimestre móvel.
Fonte: IBGE (2025).

De acordo com a PNAD Contínua do IBGE, a taxa de desocupação entre novembro de 2024 e janeiro de 2025 foi de 6,5%, registrando um aumento de 0,3 pontos percentuais em relação ao trimestre encerrado em dezembro de 2024. Esse é o segundo aumento consecutivo após o menor nível de desocupação observado entre setembro e novembro de 2024, quando a taxa foi de 6,1%.

No que se refere ao número de pessoas ocupadas, 103 milhões de indivíduos estavam empregados entre novembro de 2024 e janeiro de 2025, representando queda de 0,82% em comparação ao trimestre finalizado em dezembro de 2024. No entanto, houve aumento de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Segundo o IBGE, neste último trimestre, a maioria dos setores econômicos apresentou redução no número de ocupados em relação ao trimestre de outubro a dezembro de 2024. Por exemplo, o setor de "agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura" registrou uma diminuição de 0,6%, com 7,8 milhões de pessoas ocupadas, o que corresponde a 7,5% do total de ocupados. No entanto, alguns segmentos apresentaram crescimento. Os setores de "comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas", "informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas" e "outros serviços" tiveram aumentos de 0,32%, 0,34% e 0,71%, respectivamente.

Inflação e Metas (%)



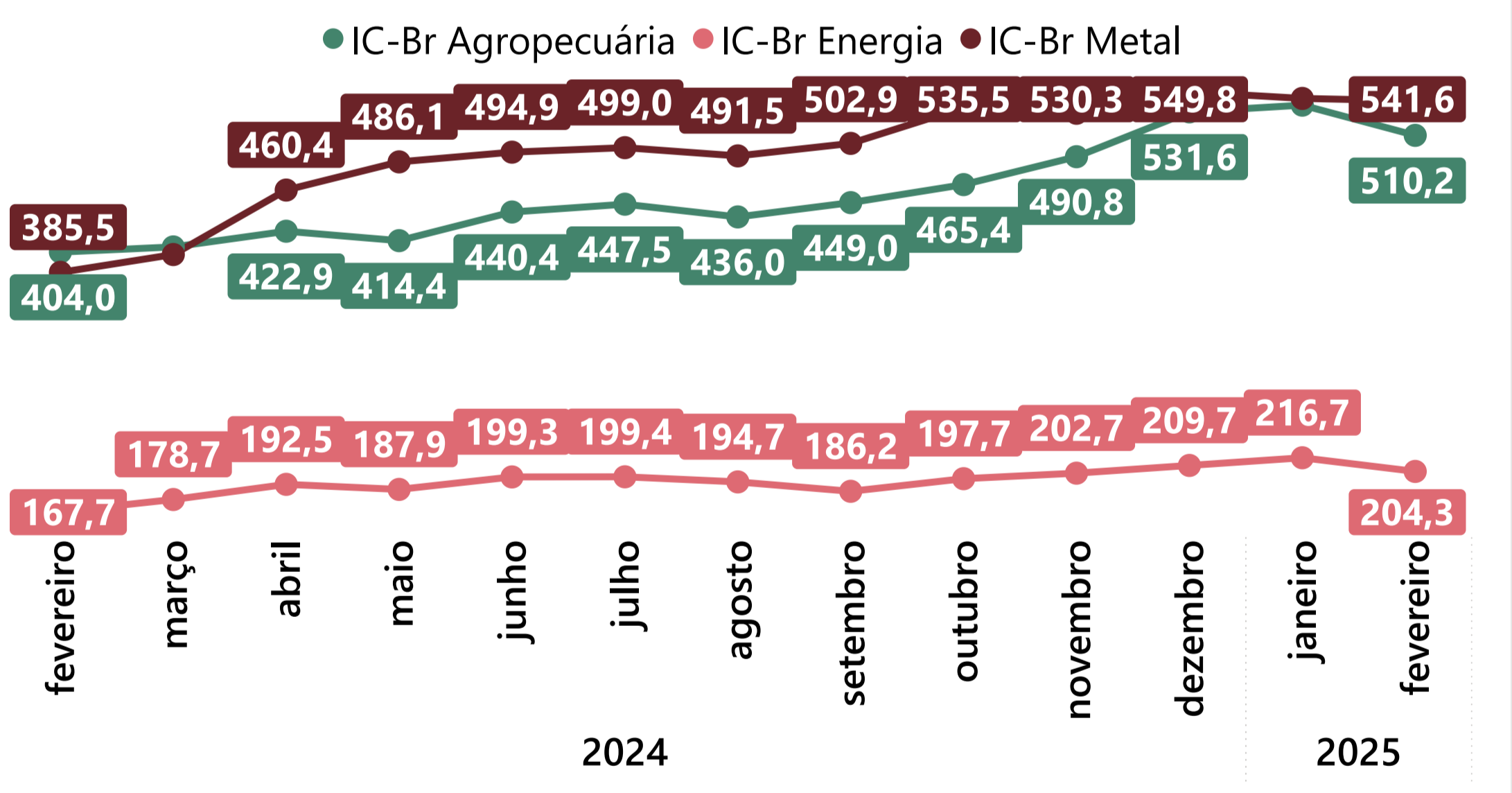
Fonte: BCB (2025); IBGE (2025).

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo

Variação mensal (%)	Ano	2024				2025	
	Indicador	setembro	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro
IPCA geral	Índice geral	0,44	0,56	0,39	0,52	0,16	1,31
IPCA por grupo	Alimentação e bebidas	0,50	1,06	1,55	1,18	0,96	0,70
	Artigos de residência	-0,19	0,43	-0,31	0,65	-0,09	0,44
	Comunicação	-0,05	0,52	-0,10	0,37	-0,17	0,17
	Despesas pessoais	-0,31	0,70	1,43	0,62	0,51	0,13
	Educação	0,05	0,04	-0,04	0,11	0,26	4,70
	Habitação	1,80	1,49	-1,53	-0,56	-3,08	4,44
	Saúde e cuidados pessoais	0,46	0,38	-0,06	0,38	0,70	0,49
	Transportes	0,14	-0,38	0,89	0,67	1,30	0,61
	Vestuário	0,18	0,37	-0,12	1,14	-0,14	0,00

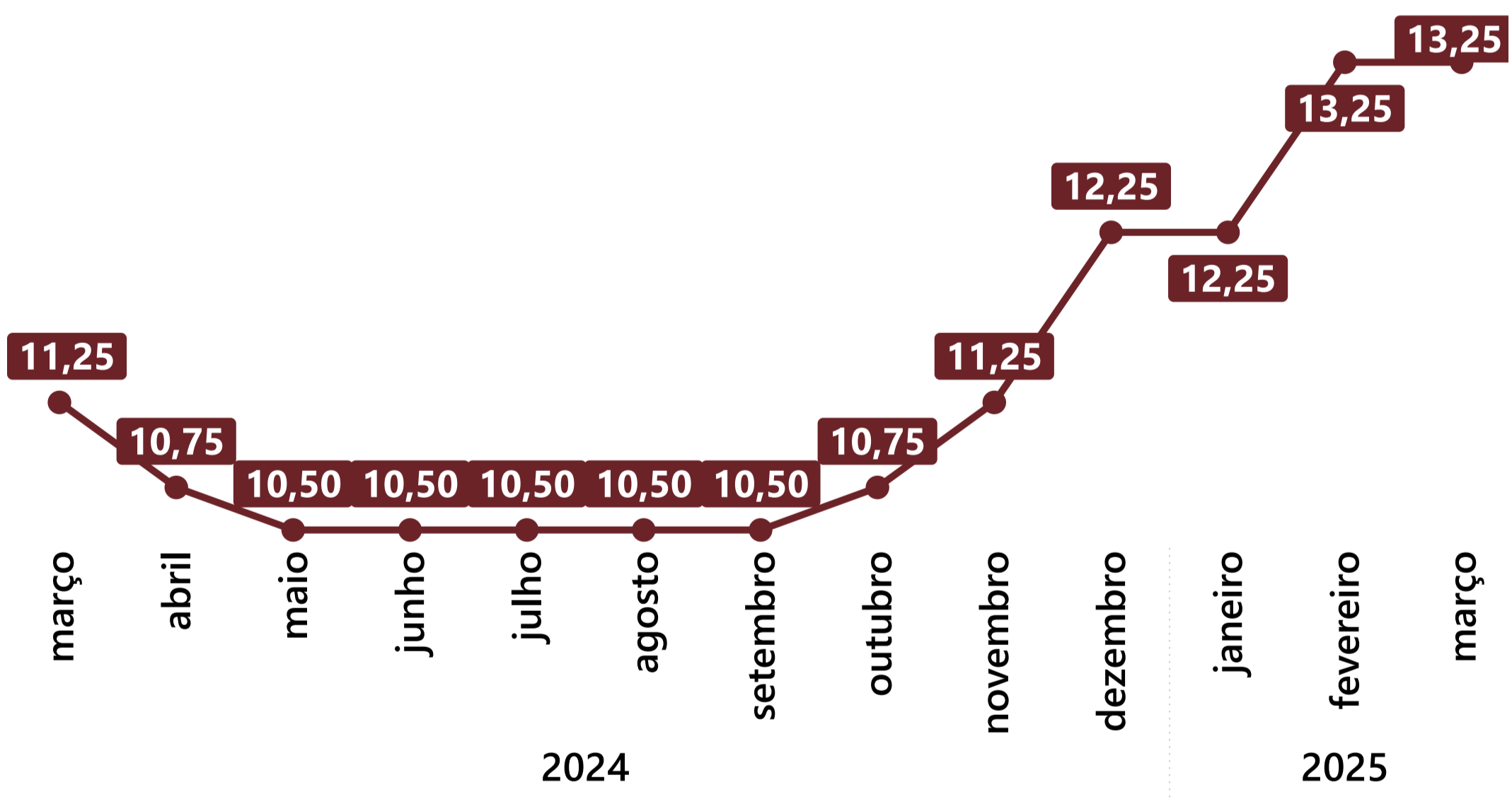
Fonte: IBGE (2025).

Índice de Commodities



Nota: dez/2005=100. Fonte: BCB (2025).

Taxa Selic (%)



Fonte: BCB (2025).

A taxa de inflação, medida pela variação do IPCA nos últimos 12 meses, foi de 5,06% em fevereiro de 2025, registrando um aumento de 0,5 p.p. em relação ao mês anterior. Dessa forma, a inflação ficou 0,56 p.p. acima do teto da meta de inflação, que é de 4,5%.

De acordo com o IBGE, o IPCA acelerou de 0,16% em janeiro para 1,31% em fevereiro, a maior alta registrada desde março de 2022, quando foi de 1,62%. Todos os grupos que compõem o IPCA apresentaram variação positiva, com destaque para Educação e Habitação, que subiram 4,7% e 4,44%, respectivamente. Segundo o IBGE, o aumento de Educação é característico de fevereiro, devido ao início do ano letivo, quando ocorrem os reajustes nas mensalidades escolares. No caso de Habitação, a alta foi impulsionada pela energia elétrica residencial, cujo aumento de 16,8% resultou do término do Bônus de Itaipu, concedido em janeiro. Outro grupo em evidência foi Alimentos e Bebidas, que registrou uma variação de 0,70% em fevereiro. Entre os subitens com as maiores altas, destacaram-se o ovo de galinha e o café moído, com elevações de 15,39% e 10,77%, respectivamente.

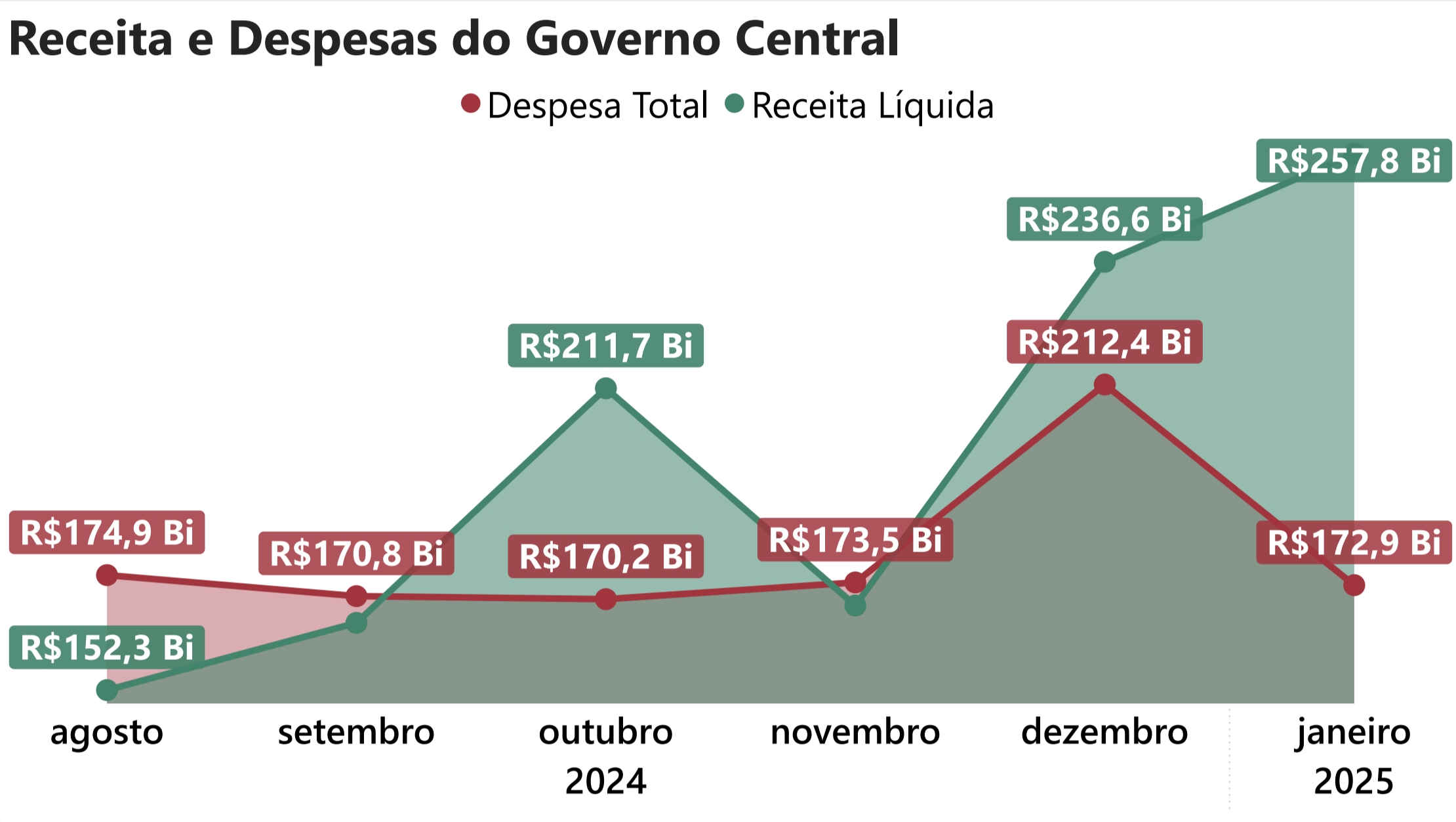
Em relação ao índice de *commodities*, que costuma antecipar tendências inflacionárias, o IC-Br Composto alcançou 461,1 pontos em fevereiro de 2025, apresentando redução de 4,45% em comparação ao mês anterior. Todos os setores que compõem esse índice registraram quedas: o IC-Br Energia (204,28 pontos) teve o maior recuo, de 5,74%, seguido pelo IC-Br Agropecuária (510,22 pontos) e o IC-Br Metal (541,6 pontos), com diminuições de 5,11% e 0,41%, respectivamente.

Em razão do cenário de alta inflação e da incerteza presente tanto no mercado interno quanto externo, a taxa Selic foi elevada em 1 p.p., para 14,25%, na última reunião do Copom. Além disso, foi indicado que a taxa de juros poderá ser aumentada novamente na próxima reunião, caso o comportamento da inflação confirme essa necessidade, embora já tenha sido sinalizado que o aumento poderá ser de menor magnitude.

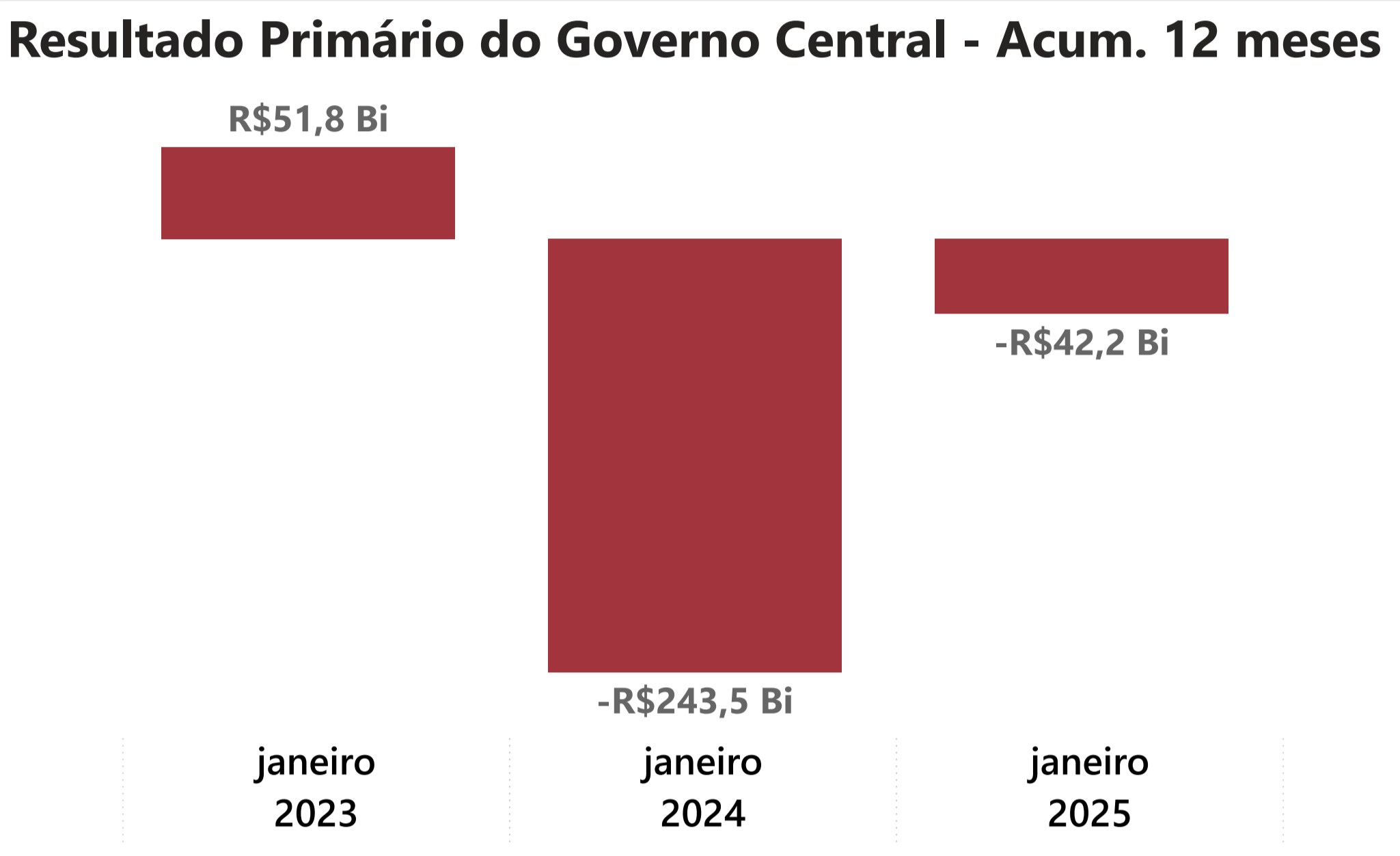
Necessidades de Financiamento do Setor Público: janeiro/2025

Esfera	Resultado Primário	Juros Nominais	Resultado Nominal
Empresas Estatais	-R\$1,0 Bi	-R\$0,2 Bi	-R\$1,2 Bi
Governos Regionais (Estaduais e Municipais)	R\$22,0 Bi	-R\$6,6 Bi	R\$15,3 Bi
Governo Central	R\$83,1 Bi	-R\$33,5 Bi	R\$49,6 Bi
Setor Público Consolidado	R\$104,1 Bi	-R\$40,4 Bi	R\$63,7 Bi

Nota: (+) Superávit (-) Déficit. Fonte: BCB (2025).



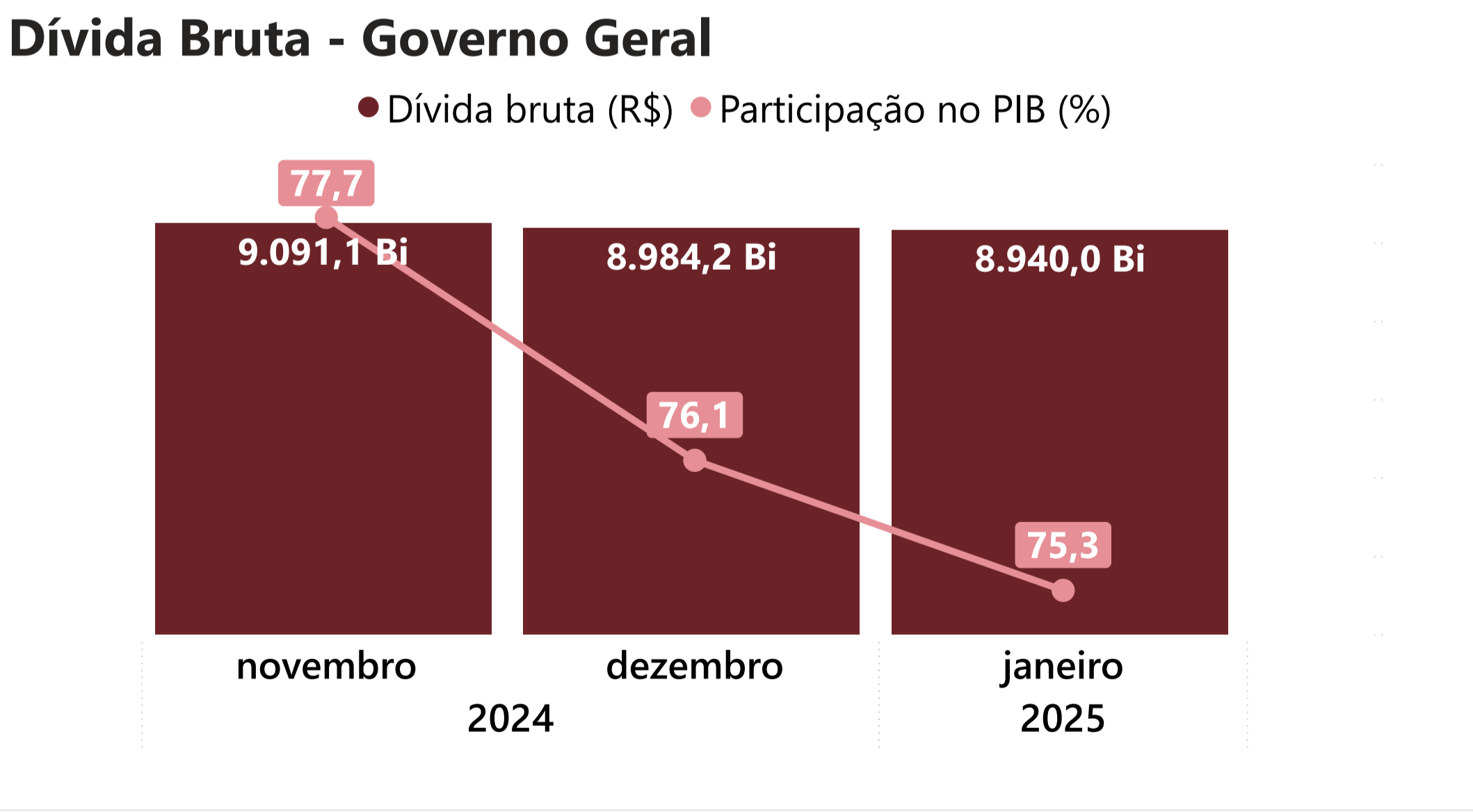
Nota: valores de Jan/2025 - IPCA. Fonte: STN (2025).



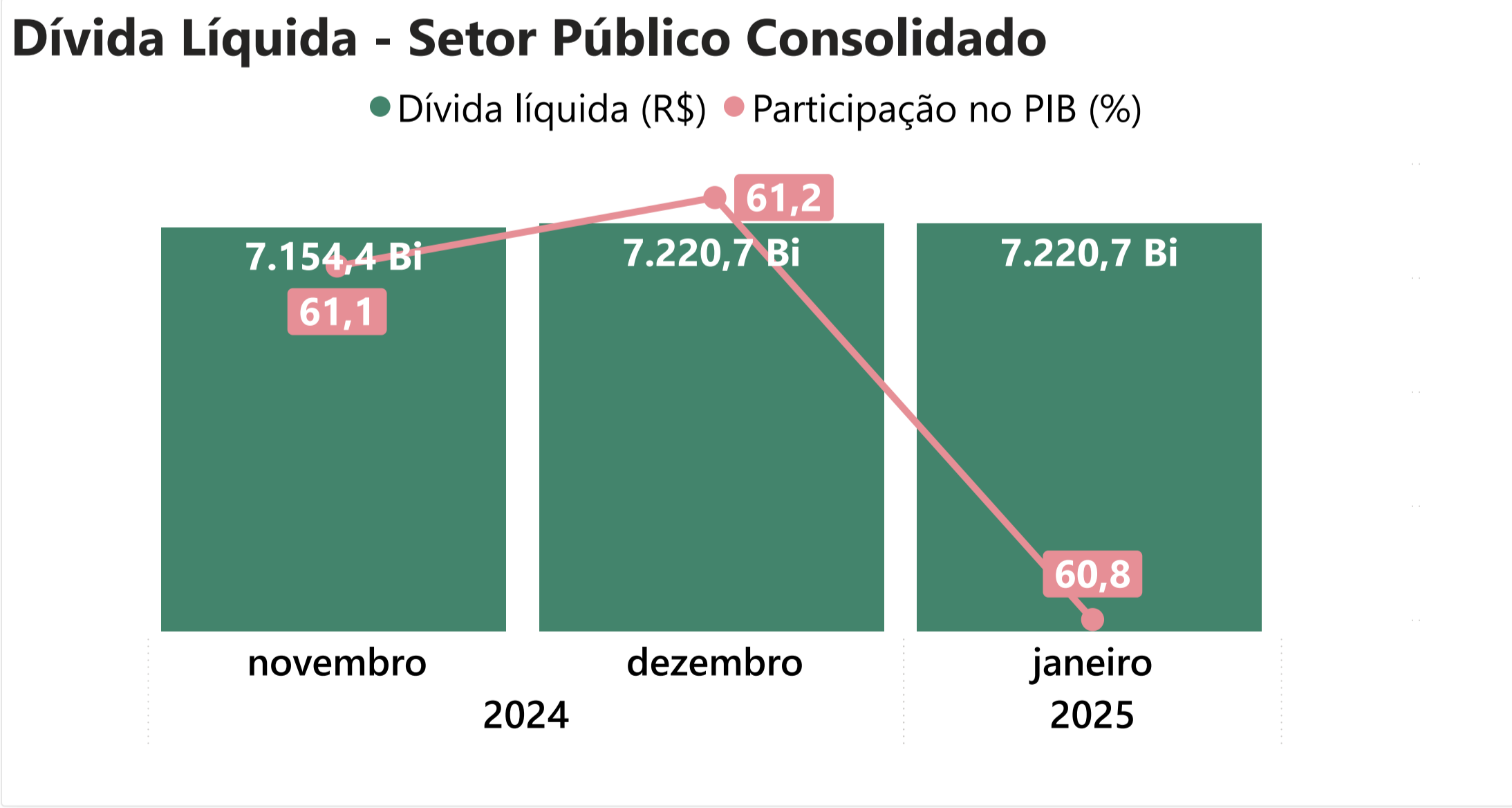
Nota: valores de Jan/2025 - IPCA. Fonte: STN (2025).

De acordo com as estatísticas fiscais do Banco Central, o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 104,1 bilhões em janeiro de 2025. Entre as esferas, o Governo Central e os governos regionais contribuíram com superávit de R\$ 83,1 bilhões e R\$ 22 bilhões, respectivamente, enquanto as empresas estatais apresentaram um déficit de R\$ 1 bilhão. Considerando os juros nominais do setor público consolidado, que somaram um déficit de R\$ 40,4 bilhões, o resultado nominal foi superavitário em R\$ 63,7 bilhões.

Especificamente em relação ao Governo Central, conforme dados do Tesouro Nacional, a receita líquida alcançou R\$ 257,8 bilhões e as despesas totalizaram R\$ 172,9 bilhões, resultando em um superávit primário de R\$ 84,9 bilhões. No acumulado dos últimos 12 meses, o resultado primário do Governo Central registrou um déficit de R\$ 42,2 bilhões, o que equivale a 0,32% do PIB.



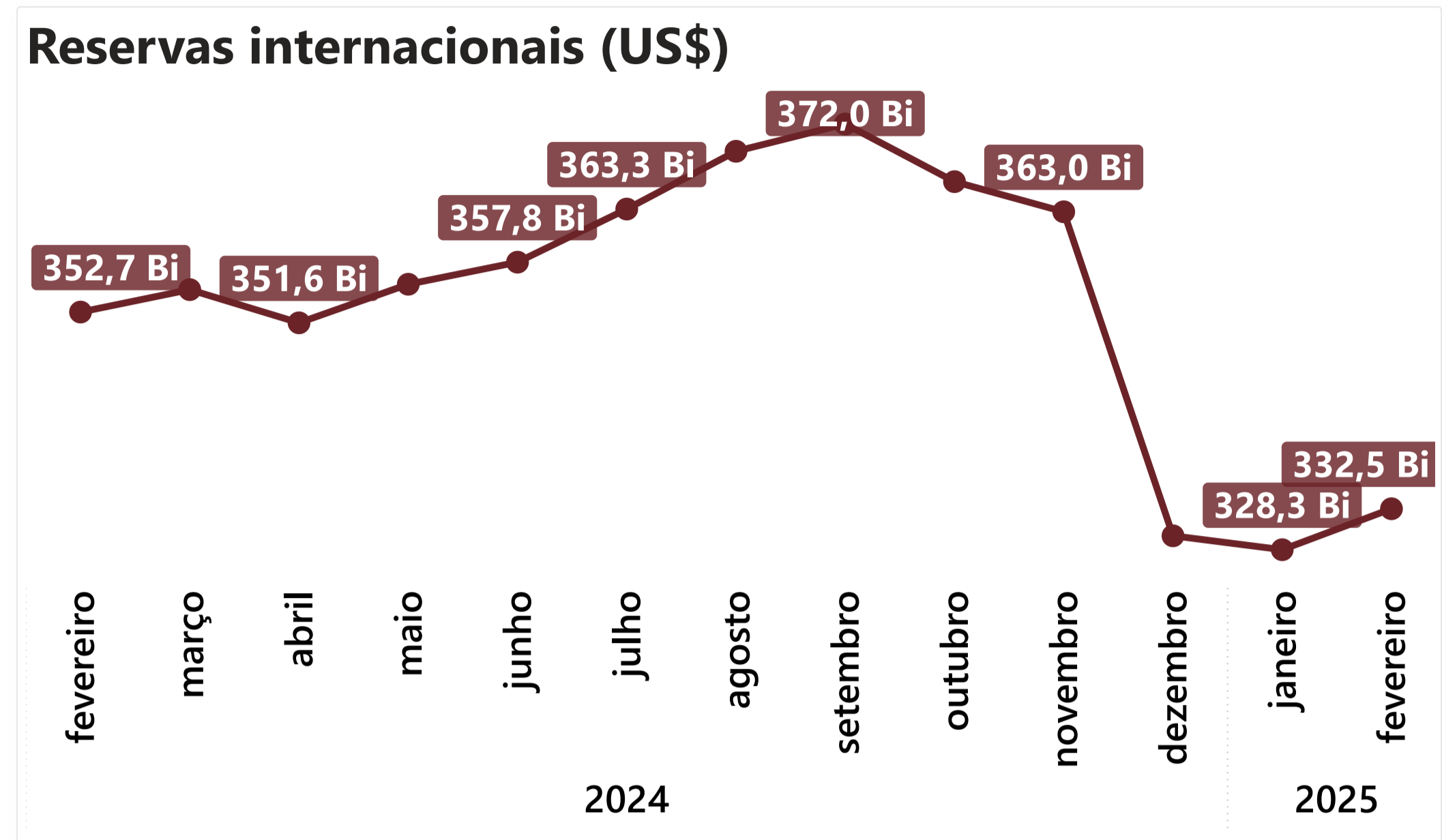
Fonte: BCB (2025).



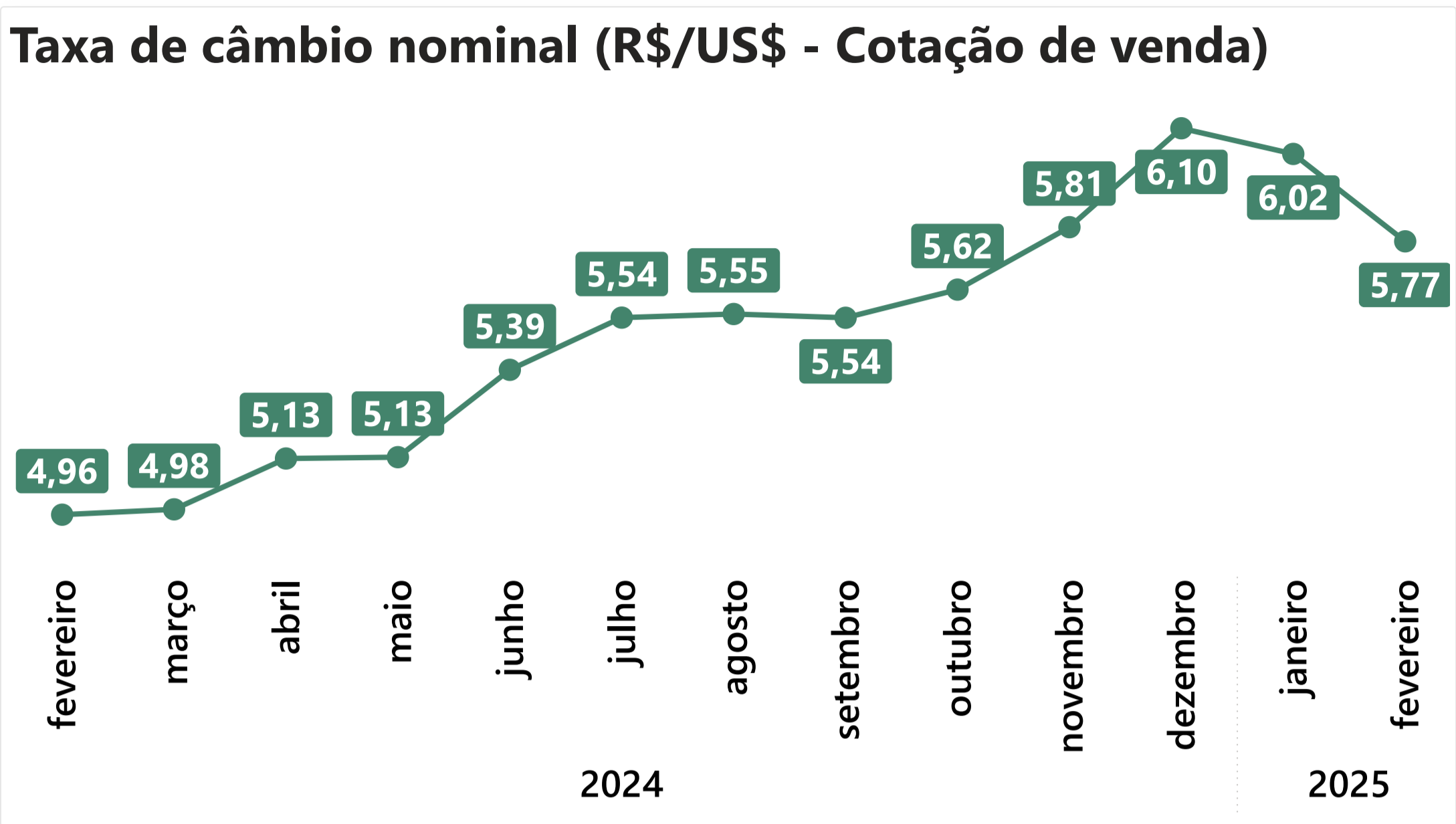
Fonte: BCB (2025).

No primeiro mês de 2025, a dívida bruta do governo geral atingiu R\$ 8,9 trilhões. Em termos de participação no PIB, esse valor corresponde a 75,3%, refletindo uma redução de 0,8 ponto percentual em relação ao mês anterior. Já a dívida líquida do setor público totalizou R\$ 7,2 trilhões, o que equivale a 60,8% do PIB, representando uma queda de 0,4 ponto percentual.

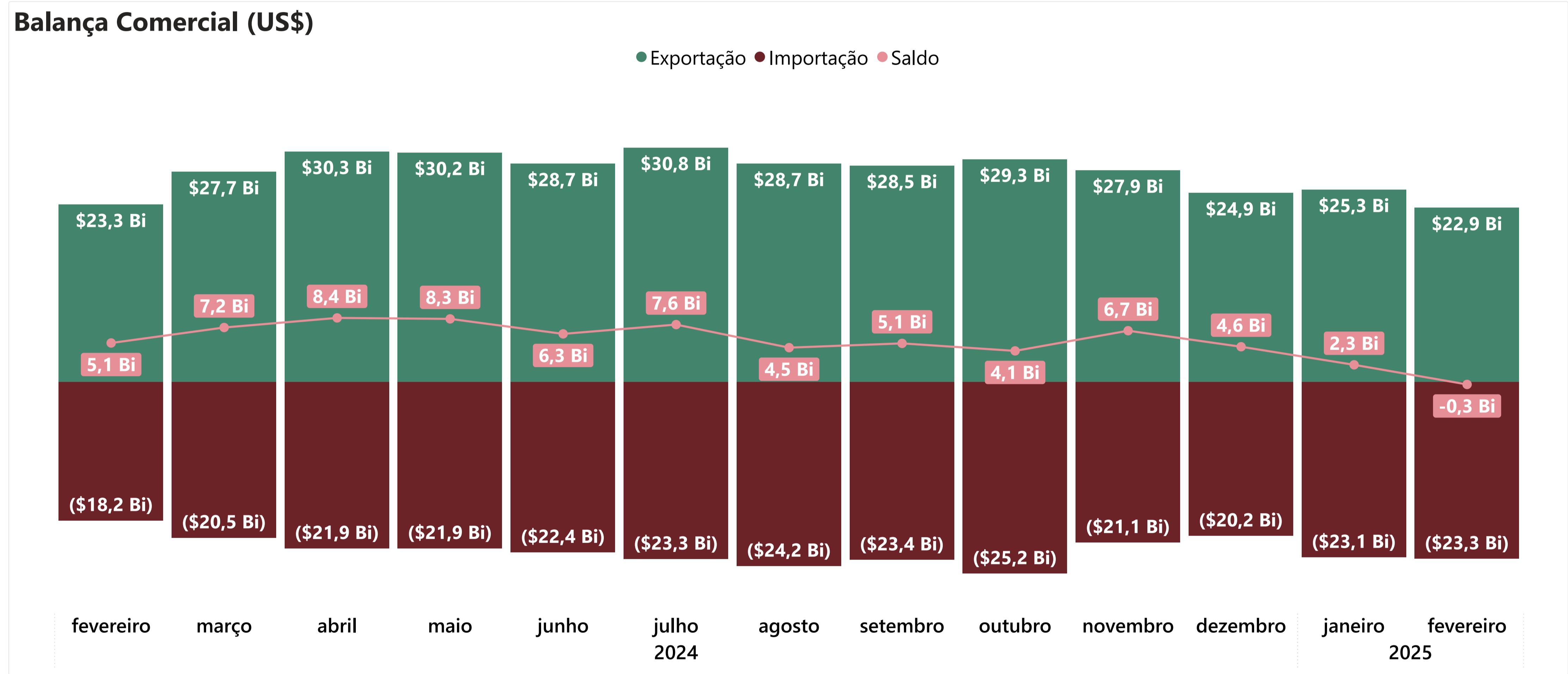
Segundo o Banco Central, os principais fatores responsáveis pela diminuição tanto da dívida bruta quanto da dívida líquida em relação ao PIB foram a variação do PIB nominal, a valorização cambial e os juros nominais apropriados.



Fonte: BCB (2025).



Fonte: BCB (2025).



Fonte: MDIC - ComexStat (2025).

O Banco Central divulgou que as reservas internacionais alcançaram US\$ 332,5 bilhões em fevereiro de 2025, registrando um aumento de 1,3% em relação ao mês anterior. Esse é o primeiro crescimento após a queda acentuada das reservas em dezembro, devido às intervenções do Banco Central com a venda de dólares.

No que diz respeito à taxa de câmbio, o real apresentou uma leve valorização em fevereiro, com uma média mensal de R\$ 5,77 por dólar. Um dos fatores que explicam o enfraquecimento do dólar é a política tarifária incerta do governo norte-americano, que tem afetado a confiança do mercado. Além disso, os sinais de desaceleração do crescimento da atividade econômica nos Estados Unidos têm aumentado a apreensão dos investidores. O mercado segue atento às tarifas impostas pelos EUA, especialmente sobre o Canadá, México e China. No caso do Brasil, preocupa a tarifa sobre o aço, bem como a indicação de exigência de reciprocidade tarifária, que pode alcançar os produtos agropecuários brasileiros.

No comércio exterior, as exportações somaram US\$ 22,9 bilhões e as importações totalizaram US\$ 23,3 bilhões em fevereiro de 2025. Em comparação com o mesmo mês do ano anterior, as exportações apresentaram queda de 1,8%, enquanto as importações registraram expressivo aumento de 27,6%. Como resultado, a balança comercial registrou déficit de US\$ 323,7 milhões, o primeiro déficit mensal desde janeiro de 2022, quando o valor foi de US\$ 59,1 milhões. Apesar do agronegócio ter gerado superávit de US\$ 9,6 bilhões, os outros setores registraram déficit de US\$ 9,9 bilhões.

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo – FAESP

Presidente Tirso de Salles Meirelles

Este relatório foi elaborado pelo Departamento Econômico da FAESP. A reprodução de seu conteúdo é permitida, desde que citada a fonte.

Equipe responsável pelo relatório

Claudio Brisolara

Larissa Pereira do Amaral

Cristiane Mitie Ogino

Contato

www.faespsenar.com.br

economico@faespsenar.com.br

(11) 3121.7233 | (11) 3125.1333



FAESP



SENAR

SÃO PAULO

**SINDICATOS
RURAIS**